

Nota curricular

Maria Teresa Fernandes Agostinho, Licenciatura em Economia, pelo ISEG (Instituto Superior de Economia e Gestão), Universidade Técnica de Lisboa, desde 1996, é técnica superior do mapa de pessoal do ISS, IP.

De 1 de Julho de 2008 até à data, exerce em comissão de serviço o cargo de Directora da Unidade de Gestão de Contribuições, do DIQC, do ISS, IP, para o qual foi nomeada pela deliberação n.º 266/08, de 02/07/2008, rectificada pela deliberação n.º 274/08, de 11/07/2008. Entre Maio de 2004 e Julho de 2008, exerceu funções de Técnico Superior no Instituto da Segurança Social, IP — Área de Contribuintes (Serviços Centrais); Entre Fevereiro/2000 e Maio/2004, exerceu funções de Técnico Superior no Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, na Delegação Euro e no Departamento de contribuintes (Núcleo de Relacionamento com os Contribuintes).

FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública, realizado pelo INA, de 27 de Abril a 30 de Junho de 2009 (120 horas).

203629419

Deliberação (extracto) n.º 1525/2010

Pela Deliberação do Conselho Directivo n.º 302/10, e até à conclusão do procedimento concursal para recrutamento e provimento do referido cargo, foi nomeada em regime de substituição, para o Centro Distrital de Lisboa, a seguintes trabalhadora que detêm a competência técnica e aptidão para o exercício das funções, conforme evidencia a respectiva nota curricular em anexo:

Licenciada, Maria Elisabete Marçalina Gonçalves, Técnico Superior, no cargo de Directora de Estabelecimento do Instituto da Sagrada Família da Madorna e Centro de Acolhimento Temporário Francisca Lindoso, equiparado, para efeitos remuneratórios, ao nível 39 da tabela remuneratória única;

Data: 30 de Junho de 2010. — Nome: *Edmundo Martinho*, Cargo: Presidente, pelo Conselho Directivo.

Nota Curricular

Maria Elisabete da Marçalina Gonçalves, Licenciada em Saúde Mental Comunitária, pelo Instituto de Psicologia Aplicada, é técnica superior, do Quadro de Pessoal do ISS, IP.

Experiência profissional: Equipa Técnica da CAE — Casa do Lago, (2001-2010); Coordena a abertura da Casa da Boavista, (2003-2004); Coordenadora do Lar Feminino da Casa do Lago, (2002-2003); Responsável pela Residência de Acolhimento a Grávidas em Situação de Risco — Ajuda de Mãe, (1997-2000); Educadora no Lar dos Rapazes do Instituto de Reinserção Social — Padre António de Oliveira, (1993-1996).

203629338

Departamento de Recursos Humanos**Aviso n.º 17186/2010****Procedimento concursal comum com vista ao preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior do mapa de pessoal dos Serviços Centrais — Instituto da Segurança Social, I. P., referência DRH/TS/121/2010.**

Nos termos das disposições conjugadas do artigo 50.º, do n.º 2, do artigo 6.º e da alínea *b*) do n.º 1 e n.º 3 do artigo 7.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e dado não existir ainda reserva de recrutamento quer junto da Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público, quer no Instituto de Segurança Social, I. P., torna-se público que, por deliberação do Conselho Directivo do Instituto de Segurança Social, I. P., de 21 de Julho de 2010, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente Aviso no *Diário da República*, procedimento concursal comum para o preenchimento de 1 posto de trabalho, da categoria e carreira de técnico superior, do mapa de pessoal dos Serviços Centrais deste Instituto, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

1 — Ao presente procedimento é aplicável a tramitação prevista no artigo 54.º da Lei n.º 12-A/2008 (LVCR), de 27 de Fevereiro, regulamentada pela Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

2 — Posto de trabalho sujeito a contratação:

1 Posto de trabalho, na carreira e categoria de técnico superior, a afectar ao Gabinete de Apoio Técnico.

3 — Caracterização do posto de trabalho:

As funções a desempenhar enquadram-se no âmbito das constantes do anexo à Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, referido no n.º 2 do Artigo 49.º da mesma lei, ao qual corresponde o grau 3 de complexidade funcional, a saber:

Elaboração de pareceres no âmbito de processos de licenciamento de construção de equipamentos sociais, de candidaturas a programas de investimento e seu acompanhamento em matérias relacionadas com a área de Engenharia Civil;

Elaboração de pareceres sobre pedidos de atribuição de subsídios para a realização de obras em estabelecimentos de apoio social;

Análise e execução de projectos e fiscalização de empreitadas.

4 — Local de trabalho: na área geográfica de Lisboa.

5 — Requisitos de admissão relativos ao trabalhador:

Ser detentor de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado ou encontrar-se em situação de mobilidade especial e possuir os requisitos enunciados no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, a saber:

a) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

b) 18 anos de idade completos;

c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício das funções que se propõe desempenhar;

d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções a que se candidata;

e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

6 — Requisitos especiais de admissão: Licenciatura em Engenharia Civil.

No presente procedimento concursal não existe a possibilidade de substituição da habilitação por formação ou experiência profissional.

7 — Serão valorizados em sede de aplicação de métodos de selecção os seguintes factores:

Experiência comprovada no âmbito da Engenharia Civil;

Forte orientação para o trabalho por objectivos;

Facilidade de coordenação e relacionamento em equipas de trabalho;

Espírito empreendedor;

Autonomia;

Conhecimentos, competências e experiência em informática na óptica do utilizador.

Carta de condução — categoria B e disponibilidade para condução de viaturas de serviço;

Disponibilidade para deslocação aos diversos distritos.

8 — Não serão admitidos os candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do serviço idênticos aos postos de trabalho cuja ocupação se pretende com o presente procedimento concursal.

9 — Formalização das candidaturas:

9.1 — Sob registo e com aviso de recepção, em envelope com a indicação exterior “Referência DRH/TS/121/2010”, dirigido ao Departamento de Recursos Humanos do ISS, IP, sito na Alameda D. Afonso Henriques, 82, 1049-076 Lisboa, devendo a sua expedição ocorrer até ao termo do prazo fixado para entrega de candidaturas, findo o qual não serão as mesmas consideradas;

9.2 — Poderá também ser entregue pessoalmente, em envelope com a indicação exterior “Referência DRH/TS/121/2010” na Equipa de Expediente e Apoio do ISS, IP, durante o período compreendido entre as 9h30 e as 16h30, sita na Alameda D. Afonso Henriques, 82, 1049-076 Lisboa.

9.3 — A utilização do formulário de candidatura, disponibilizado em www.seg-social.pt — espaço do ISS, IP, é obrigatória, não sendo considerado outro tipo de formalização, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 51.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro e Despacho n.º 11321/2009, de S. Ex.ª o Ministro de Estado e das Finanças, publicado no DR n.º 89, 2.ª série, de 8 de Maio.

9.4 — Apenas serão considerados os formulários de candidatura devidamente preenchidos e assinados, sob pena de exclusão.

9.5 — O formulário de candidatura deverá ser acompanhado, sob pena de exclusão, de:

a) Fotocópia legível do certificado de habilitações literárias, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 28.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro;

b) Comprovativos das acções de formação frequentadas e relacionadas com o conteúdo funcional do posto de trabalho;

c) Declaração emitida pelo Serviço a que o candidato pertence, devidamente autenticada e actualizada, da qual conste a modalidade de